



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA  
PÓLO UNIVERSITÁRIO DE ACARÁ  
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO-FADECAM  
CURSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO COM HABILITAÇÃO EM CIÊNCIAS NATURAIS

**MARIA ELIENE TRINDADE DA TRINDADE**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: O SOME como uma política de formação no campo.**

ACARÁ  
Dezembro/2019

**MARIA ELIENE TRINDADE DA TRINDADE**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: O SOME** como uma política de formação no campo.

Trabalho de Conclusão de Curso Orientado pelo Prof. Dr. Afonso Welliton de Souza Nascimento, apresentado á Faculdade de Formação de Desenvolvimento do Campo-FADECAM da Universidade Federal do Pará Campus Universitário de Abaetetuba, como parte do requisito e obtenção de título de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais.

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Conceito \_\_\_\_\_

**Banca examinadora**

---

Prof. Dr. Afonso Welliton de Souza Nascimento  
Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA - Orientador

---

Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals e Souza  
Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA - (membro)

---

Prof. Dr. Francinei Bentes Tavares  
Campus Universitário de Abaetetuba/UFPA - (membro)

ACARÁ  
Dezembro/2019

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>1.1. Objetivos</b> .....	7
1.1.1. Geral .....	7
1.1.2. Específicos.....	7
<b>2. MATERIAIS E MÉTODOS</b> .....	7
<b>3. UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO</b> .....	8
<b>4. O CAMPO COMO LUGAR DE POSSIBILIDADES</b> .....	12
<b>5. ESTUDO SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO SOME</b> .....	14
<b>6. PRECARIIDADES ENCONTRADAS NO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO-SOME</b> .....	19
<b>7. PESQUISA DE CAMPO - RESULTADO E DISCUSSÃO</b> .....	20
7.1 <b>Desafios entre a gestão municipal responsável pelo SOME e a SEDUC</b> .....	190
7.2 <b>Desafios enfrentados por alunos e professores que fazem parte do Sistema de Organização Modular de Ensino-SOME na vila Guarumã no município de Acará-PA</b> .....	234
7.3 <b>Contribuições que o sistema de organização modular de ensino-SOME trouxe para a formação escolar dos alunos da vila Guarumã no município de Acará-PA</b> .....	27
<b>8. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	29
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	31
<b>APÊNDICE</b> .....	33

## **EDUCAÇÃO DO CAMPO: O SOME como uma política de formação no campo.**

Maria Eliene Trindade Da Trindade<sup>1</sup>  
Afonso Welliton de Souza Nascimento<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objeto de estudo a política de Educação do Campo em especial, o Ensino Médio Modular no Campo, a produção se dá no contexto da Vila Guarumã no município de Acará localizada a 18 km de distância da sede municipal; estuda o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME). Fez-se uma pesquisa de cunho qualitativa utilizando questionários semiestruturados e entrevistas com diálogos abertos com professores e alunos ingressos no sistema modular para coleta de dados. O surgimento do SOME se deu pela necessidade de ampliar a educação básica brasileira visando uma política de formação para jovens e adultos oriundos do campo que tem o desejo de alcançar uma qualificação através do Ensino Médio. Este trabalho visa discorrer sobre a contribuição do SOME para a Educação do Campo no reflexo da política educacional na formação dos alunos do campo. Com foco no processo de formação a partir do SOME, indagamos: de que maneira o SOME contribui ou não na formação da Educação do Campo e, ele responde as necessidades de formação da juventude do campo? Diante disso, apresento como resultado os desafios enfrentados por alunos e professores ingressos do SOME; a contribuição do Ensino Modular na vila Guarumã e o importante papel do SOME na inclusão social do aluno do campo através da Educação do Campo.

**Palavras-chave:** Sistema de Organização Modular de Ensino-SOME; Formação; Educação do Campo.

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo da Universidade Federal do Pará - UFPA Campus Universitário de Abaetetuba – Pólo de Acará.

<sup>2</sup>Professor Dr. Da Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Abaetetuba.

## **ABSTRACT**

This article has as its object of study the Rural Education policy in particular, the Modular High School in the Field, the production takes place in the context of Vila Guarumã in the municipality of Acará located 18 km away from the municipal headquarters; studies the Modular Teaching Organization System (SOME). A qualitative research was conducted using semi-structured questionnaires and interviews with open dialogues with teachers and students enrolled in the modular system for data collection. The emergence of SOME was due to the need to expand Brazilian basic education aiming at a training policy for young people and adults from the countryside who have the desire to achieve a qualification through high school. This paper aims to discuss the contribution of SOME to Rural Education in the reflection of educational policy in the formation of rural students. Focusing on the process of formation from SOME, we ask: how or not SOME contributes to the formation of rural education and does it respond to the training needs of rural youth? Given this, I present as a result the challenges faced by students and teachers new to SOME; the contribution of Modular Education in Guarumã village and the important role of SOME in the social inclusion of rural students through Rural Education.

**Keywords:** SOME Modular Organization Organization System; Formation; Field Education.

## 1. INTRODUÇÃO

O Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) é um regime de formação pública educacional criado pelo Governo, a partir da década de 1980 o Sistema de Ensino foi estabelecido para levar a educação básica aos moradores dos municípios e do campo, em especial aqueles que não eram atendidos pela oferta do ensino regular no interior do estado do Pará.

Inicialmente, considero que o povo do campo tem sofrido bastante com o preconceito por ser considerado um “povo atrasado”, além de já ter sido citado como um “lugar de atraso”, porém é o lugar onde famílias vivem em suas propriedades e se mantêm para o sustento familiar, mas que de certa forma também precisa alcançar um grau de ensino formal.

Segundo Chaves e Silva (2018):

A população do campo tem o direito de ser educada no lugar onde vive, com uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais, desconstruindo a imagem historicamente criada de que o campo é lugar de atraso. (CHAVES; SILVA, 2018, p. 57).

A Educação do Campo é uma política pública de formação que permite o acesso à escola para a população rural, um desenvolvimento formal, que por sua vez, se faz presente por conta dos movimentos sociais. Nesse sentido, observa-se um grande interesse de adequar a vida social e profissional de jovens e adultos oriundos do campo onde, a dedicação esta em pessoas que verdadeiramente sentem a necessidade de alcançar uma formação maior de ensino dentro do espaço rural.

Sabemos que o que caracteriza o homem do campo são seus costumes, o modo de trabalho dos agricultores, no entanto, ainda vistos como povos sem cultura, sem educação, sem conhecimento científico, fazendo com que o sujeito do campo se sinta inferior ao mundo urbano, mesmo que estes não apresentem um grau elevado de qualificação formal.

Este trabalho se deu a partir de uma inquietação a respeito da forma de como o Governo do Estado tem pensado a formação do Ensino Médio no Campo, em especial quais as contribuições que o Sistema Modular de Ensino traz para jovens e adultos que buscam por melhores condições de vida.

O artigo tem o intuito de considerar as políticas públicas educacionais do campo relacionadas ao Ensino Médio, buscando compreender, como a formação traz benefícios ao conhecimento científico para os alunos oriundos do campo, sabendo que o mesmo, é a porta de entrada para alcançar um nível superior. Assim, busco compreender se tal formação responde e/ou atende as necessidades destes alunos.

Especificamente o trabalho se desenvolve através de uma pesquisa qualitativa, pois esta modalidade de ensino tem sido discutida bastante em busca de respostas, seja ela de onde surge ou de fatores que o ensino vem sendo elaborado e dinamizado na educação básica brasileira, para Nascimento (2015, p. 11), “falar de Ensino Médio na Amazônia paraense significa penetrar uma realidade complexa, derivada de múltiplos fatores”.

## **1.1. Objetivos**

### 1.1.1. Geral

Estudar a política pública educacional referente à Educação do Campo e a contribuição do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) na formação dos discentes do ensino médio através de uma pesquisa de campo.

### 1.1.2. Específicos

- ✓ Estudar a política pública de formação da Educação do Campo no contexto do SOME;
- ✓ Conhecer o projeto político pedagógico do SOME;
- ✓ Verificar como se dá a formação do SOME na qualificação do aluno do campo;
- ✓ Identificar como esta formação está sendo vista no olhar do sujeito do campo;

## **2. MATERIAS E MÉTODOS**

A pesquisa deste trabalho foi desenvolvida entre os meses de fevereiro a outubro de 2019, tratando-se de uma pesquisa de cunho qualitativa onde se iniciou em leituras e pesquisas de textos referente aos argumentos relevantes ao tema do trabalho para se obter informações sobre as políticas publicas relacionadas a Educação do Campo e ao Ensino Modular (SOME). Para Goldenberg (2004, p. 49): “Os dados da pesquisa qualitativa

objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”.

Através de entrevistas semiestruturadas foi realizada a pesquisa de campo na Vila Guarumã, apresentando questionários formais para a gestão escolar e professores efetivos do Sistema Modular de Ensino, houve diálogo semiaberto com alunos egressos do SOME. E, para melhor informação utilizou-se a entrevista semiaberta com a supervisora do Sistema de Organização Modular no município do Acará.

Foram entrevistados quatro professores efetivos que lecionam na Educação do Campo relacionado ao Ensino Médio Modular (SOME), onde todos são formados em licenciatura e, opto pela não identificação dos entrevistados, por isso ao longo do texto serão nomeados como professor 1, 2, 3 e 4, assim como as diretoras 1 e 2.

Nas entrevistas semiabertas com alunos e diretoras da Escola Izabel Barral onde atende o SOME, foram entrevistados 5 alunos cursando o ensino, 2 diretoras da escola e 1 representante da vila, sendo assim 14 pessoas no total contribuíram com informações para a realização deste trabalho.

### **3. UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

A educação do campo se dá através de vários aspectos vividos pela sua população, seja ela, indígena, quilombola, ribeirinho entre outros. Nesse sentido, faz saber que a partir da Constituição de 1988 a educação e os direitos sociais passaram a ser declarados como uma conquista efetiva, direitos esses reconhecidos como obrigatoriedade pela Lei 9.394/96 que estabelece o acesso dos cidadãos brasileiros a educação.

Na LDB de março de 2017 em seu título I afirma que:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. (LDB, 2017, p.8)

Para que o pedido da implantação de uma Educação no Campo fosse reconhecido pelo Estado foi necessário lutas e conquistas por conta dos movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. Sabe-se que a luta pela Educação do Campo vem da força e vontade de

estudar e ter uma formação, o campo como um lugar de conquistas, onde possibilidades são implantadas em diversos aspectos sociais e econômicos, sendo assim destaque o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que se mobilizou na ajuda de uma política educacional.

Para Caldart (2008):

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (CALDART, 2008, p. 71).

Isto trouxe possibilidades para o povo do campo, buscando consigo uma política pública que favoreça a Educação Básica no Campo, reconhecendo e contribuindo na formação de novas leis e políticas educacionais, mantendo assim suas identidades.

No entanto, as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo de 2001 aponta para uma diversidade de povos que necessariamente precisam de atendimento diferenciado ou especial dependendo de seus costumes.

As Diretrizes da Educação do Campo afirma que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (Diretrizes da Educação do Campo, 2001).

Sendo assim, os sujeitos do campo que visam estabelecer e conquistar uma formação que dê a eles uma oportunidade de ingresso a um ensino superior onde os leva a credibilidade de um grande avanço social e educacional dentro da zona rural, pois o povo camponês, mesmo diante das leis aprovadas para educação ainda sofrem com precarização de formação. Argumento este feito por Falkembach (2009), quando destaca que:

Essas que, historicamente, se apresentaram como forma de minorar o atraso das comunidades camponesas e se dedicaram a instruir minimamente habitantes das áreas rurais, a serviço de objetivos econômicos e políticos conjunturais das elites dirigentes do país, mediante iniciativa do Estado. (FALKEMBACH, 2009, p.14).

Assim, é importante considerar que o Estado precisa promover a Educação do Campo para o povo que mora nessas comunidades, sendo que em sua maioria ainda se vêem como incapazes de superar tais desafios que o trabalho da agricultura ainda os afronta junto a conquista de uma formação, pois nem sempre o morador do campo consegue conciliar o trabalho braçal com os estudos, pois os deixam cansados no final de serviço, fazendo com que o desânimo tome conta da vontade e disposição que o indivíduo possui de estudar.

O sujeito do campo se mobiliza para uma melhor formação, visando que a sociedade brasileira atualmente se baseia no meio de qualificação profissional para a entrada do mercado de trabalho. E isto ajuda a superar desafios enfrentados e através do apoio do Governo a partir do decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que visa melhorar e promover a Educação do Campo estabelecendo uma política de formação para ampliar e qualificar, fazendo uma parceria com o município para o desenvolvimento da formação educacional.

Assim informa no decreto nº 7352/10 no Art. 1º que:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto. (DECRETO nº 7.352/2010).

São diversos os grupos que buscam por melhorias, vários desafios enfrentados por grupos de pessoas que apresentam propostas para a educação, e com isso os obstáculos vão sendo ultrapassados. São múltiplos os textos que nos mostram como a educação é de fundamental importância para o espaço rural.

Segundo Arroyo. C. M. (2011).

É curioso constatar que desde o início da década de 1980 foi se afirmando na sociedade brasileira o reconhecimento da educação como direito humano. “Educação, direito de todo cidadão, dever do estado” foi o grito ouvido nas praças e ruas de todas as cidades. O movimento docente e o movimento pedagógico progressista foram protagonistas desse avanço da consciência da educação como direito. Entretanto, esse grito não chegou ao campo. Os homens e as mulheres, as crianças, os adolescentes ou jovens do campo não estavam excluídos desse grito, porém não foram incluídos nele com sua especificidade. Consequentemente, ficaram à margem. O direito a educação foi vinculado a uma concepção abstrata de cidadania, e não fomos capazes de chegar à concretude humana e social em que os direitos se tornam realidade. (ARROYO, CALDART, MOLINA, 2011, p. 9).

Por essa razão, existem vários textos e documentos que mostram como o movimento social lutou para conseguir realizar um sonho de muitos cidadãos que hoje tem um ensino qualificado. A educação não só estabelece uma serie de modalidades como dá o direito ao cidadão do campo de ter um livre acesso a esta oportunidade de ensino, porém para que isto ocorra de maneira precisa, os movimentos sócio territoriais não deixaram de lutar para conseguir fazer com que o Governo colocasse suas reivindicações como leis a serem cumpridas.

Porém a educação está em diversos lugares e em torno de todos, mas não precisamente para todos, pois mesmo com os programas e modalidades de ensino ainda ficam cidadãos de fora desse processo educacional.

Como diz na LDB 2018:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 2018).

A educação do campo tem grande importância de ampliar conhecimentos de camponeses, fazendo que os alunos não precisem abandonar a convivência rural, dentro da família, do trabalho, da comunidade, sem que haja conflitos e saudades.

No artigo 1º § 2º da LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 diz que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” É interessante pensar na educação escolar de jovens e adultos sendo praticada na zona rural sem que haja interferência na vida social dessas pessoas.

A Educação do Campo é uma política pública pensada a partir das lutas e conquistas do povo rural, onde o Governo se fez presente e ajudou na implantação deste ensino, porém, apesar disso a educação ainda tem muitos problemas a serem pensados e resolvidos por consequência de suas devidas precariedades que envolvem todos os níveis de ensino tanto urbano quanto especificamente rural.

Arroyo (2007), diz que:

As consequências dessa inspiração no paradigma urbano são marcantes na secundarização do campo e na falta de políticas para o campo em todas as áreas

públicas, saúde e educação de maneira particular. O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade. Consequentemente, os profissionais urbanos, médicos, enfermeiras, professores estenderão seus serviços ao campo. Serviços adaptados, precarizados, no posto médico ou na escolinha pobres, com recursos pobres; profissionais urbanos levando seus serviços ao campo, sobretudo nos anos iniciais, sem vínculos culturais com o campo, sem permanência e residência junto aos povos do campo. (ARROYO, 2007, p. 3).

A formação de política social e cultural do sujeito rural é relacionada à Educação do Campo através do ensino, pois é o próprio morador rural o principal alvo desta política de formação que ainda continua sendo precária, mas, no entanto já havendo resultados positivos pela educação dentro do espaço campesino, pois a qualificação profissional não depende somente do aluno ou pais de alunos, mas sim do poder público que investe neste setor.

#### **4. O CAMPO COMO LUGAR DE POSSIBILIDADES.**

Este tópico aborda vários pontos importantes a serem tratados e em primeiro momento trata-se de uma política de formação da educação do campo, em seguida busco mencionar e discutir a importância do ensino médio modular para jovens e adultos do campo e o papel dos movimentos sociais pela busca e luta da educação para o campo.

O campo como um lugar de lutas, de possibilidades e conquistas, que os cerca de valores onde a população reconhece que a formação qualificada não está somente na zona urbana e confiam nos educadores que são qualificados para trabalhar com a educação no campo onde não se intimidam aos obstáculos encontrados.

Segundo Arroyo. C. M (2011):

O clamor da terra. O campo brasileiro nem sempre foi silenciado. Há uma história tensa ainda a ser melhor contada. Nos últimos 20 anos a sociedade aprendeu que o campo está vivo. Seus sujeitos se mobilizam e produzem uma dinâmica social e cultural. (ARROYO, CALDRT, MOLINA, 2011, p. 9).

Vale ressaltar que o campo não é mais apenas aquele lugar onde é visto como local de trabalho braçal e de serviços na roça, o campo também precisa evoluir seu conhecimento intelectual, foi isso um dos principais pontos a serem tratados nas lutas constantes dos movimentos sociais que vêem a formação do sujeito do campo como uma necessidade para tal afirmação de que são participantes da sociedade onde principalmente tem uma formação e mão de obra qualificada.

Os movimentos sociais que lutam pelos seus direitos seja ele a saúde ou educação, são pessoas que se deslocam de suas comunidades para obter melhorias de vida para seu território, o que nos leva a pensar que quem de fato deveria lutar por tudo isso seria o Governo, já que eles controlam os recursos financeiros que podem muito bem fazer um grande investimento nessas áreas que é de difícil acesso.

Para que essa luta ocorra com grande desempenho é preciso força e principalmente união entre os trabalhadores do campo, líderes de movimentos sócias e Governo, pois isto é ainda melhor para a elaboração e cumprimento de uma política de formação para a Educação do Campo.

Segundo Caldart (2012):

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo, os movimentos sócias interrogam a sociedade brasileira: por que em nossa formação social os camponeses não precisam ter acesso à escola e a propalada universalização da educação básica não inclui os trabalhadores do campo? (CALDART, 2012, p. 261).

A Educação do Campo também surge a partir de interesses políticos que não olham o campo como um lugar de conquista e sim como um lugar que possam tirar proveito para seus interesses políticos, sendo que estes também fazem parte de programas voltados à Educação do Campo e é necessário manter uma política qualificada que garanta o direito à Educação.

Destaco que a política de formação do campo para o Ensino Médio é fundamental, pois atualmente pelo que rege na lei brasileira a educação básica sendo obrigatória é necessário que o Governo faça investimentos para a melhoria do ensino.

Sendo o Ensino Médio um caminho que qualifica o aluno do campo ou da cidade, faz-se pensar na proposta de expandir critérios que levem ao educando ânimo e vontade de conhecer o mundo intelectual, pois a formação técnica voltada para a vida pessoal e social de jovens e adultos se caracteriza nos métodos de ensino e aprendizagem utilizados na escola.

O conhecimento leva ao cidadão o mérito de se transformar em um profissional formal, ou seja, o aluno precisa se identificar naquilo que esta estudando, mas ele sempre irá se perguntar: o quê eu quero estudar? São perguntas que darão idas e voltas procurando

respostas e, o importante é saber que a educação básica é essencial para que o aluno se identifique como diz Rodrigues (2010, p. 181), “A evolução do ensino médio na educação brasileira pode ser entendida como uma jornada na busca de identidade”.

## **5. ESTUDO SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO SOME.**

Os jovens e adultos em sua maioria quando concluíam o ensino fundamental dos anos finais, por não disporem de recursos financeiros que custeiam suas despesas são obrigados a estudar na região urbana de seu município, porém, a partir do surgimento do Sistema de Organização Modular de Ensino SOME, as oportunidades surgiram. Ele, vem para atender a necessidade de ampliar a educação no espaço rural e, cuja finalidade principal, é de consentir jovens e adultos oriundos do campo com o Ensino Médio Modular gratuito e que precisam de uma formação que dê a eles esse nível de ensino.

Oliveira 2010 em seu blog explica como ocorre o circuito do SOME:

O SOME funciona com programas curriculares de cada série que são oferecidas em 04 módulos e cada módulo é formado por bloco de disciplinas, com duração de 50 dias letivos. A final do ano letivo, que corresponde a 200 dias, o aluno conclui uma série, sempre obedecendo às exigências curriculares legais. As localidades atendidas são agrupadas em circuitos, cada composto de 04 localidades e durante o ano letivo os professores são divididos em equipes que se deslocam, em forma de rodízio, pelas localidades que integram o circuito. (OLIVEIRA, 2010, p. 01).

Diante das diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 estabelece que a educação básica no Brasil passa a ser um dever do Estado e o cidadão terá direito a educação gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, como afirma o direito à educação básica no capítulo VII no título III:

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; (1996, p. 2).

Esta oferta da educação escolar é importante na formação profissional brasileira onde há uma grande necessidade de geração de empregos e oportunidades para tais alunos.

O Ensino Médio predominantemente veio a ser obrigatório na educação básica brasileira a partir de 2010, o que houve várias mudanças no Plano Nacional de Educação, sendo que o principal objetivo é manter um ensino qualificado e principalmente obter um bom rendimento no atendimento escolar. Pois a garantia de uma educação básica completa pelo

Governo o número de alunos aumentaria e foi o que ficou evidente em várias escolas nos interiores do estado do Pará.

No atendimento escolar é importante a atenção para jovens e adultos ingressos na escola independentemente da modalidade que estão estudando, como afirma Ricardo Chaves (2017, p. 4): “Quando se fala de atendimento escolar, a atenção está voltada exclusivamente para o fato de o jovem estar estudando, independentemente da etapa ou modalidade em que se encontra matriculado”, vale lembrar que a evasão escolar se dá por questionamentos de pessoas que não defendem a educação básica brasileira e acabam transmitindo ao aluno um olhar de ensino não qualificado gerando baixo rendimento escolar.

Os alunos ingressos no Sistema de Organização Modular de Ensino SOME, em sua maioria não medem esforço para estudar, mesmo diante a tantas dificuldades enfrentadas, como por exemplo, o transporte que eles utilizam para se deslocar até a escola é o mesmo do município, o problema está na questão dos dias em que as aulas são facultadas, pois nessas datas o transporte não trafega e os alunos do SOME perdem aula, especialmente os que dependem deste transporte escolar.

O SOME tem 39 anos efetivos no estado do Pará, foi conquistado por lutas que dependeram de avaliações que serviram de requisito para aprovação do sistema de ensino e, visa atender alunos oriundos do campo entre jovens e adultos que não tem acesso ao Ensino Médio regular, visto que muitos destes alunos teriam que se deslocar do campo para a zona urbana e assim dificultando seu convívio com a sociedade em sua comunidade, vimos assim à grande importância que tem nas políticas educacionais.

Segundo Brayner e Souza (2015):

O Ensino Médio no campo então, deve contribuir no enfrentamento da exclusão social, fortalecendo práticas ligadas à educação para a diversidade cultural, além de combater desigualdades, refletida nos índices de pobreza da região, apontando para a necessidade de maior atenção, por parte, das políticas educacionais. (BRAYNER; SOUZA, 2015, p.4).

Sendo isto verificamos que o Ensino Médio implantado no campo visa melhorar a vida social e econômica das pessoas, estabelecendo assim uma reflexão em relação às demandas das políticas públicas de educação do campo.

Sabemos que a formação educacional esta precária em todos os aspectos, seja no campo ou na cidade, a educação tem seus inúmeros problemas por questões que dificultam o acesso ao educando. E é importante a preservação do professor dentro da comunidade atendida pelo SOME que caminha para dar um atendimento aos alunos do campo, sendo que estes têm a capacidade de transmitir seu conhecimento como sujeito que às vezes ainda estão a conhecer seu modo de vida, sua realidade, entretanto outros padrões a serem vividos e enfrentados por professores e alunos que passam por diversos desafios para conseguir a conclusão de uma formação no campo. Para Neto *et al.* (2016, p. 104) “Dessa forma, o professor constrói suas práticas, tanto pautadas em conhecimentos sistematizados, quanto na arte do fazer cotidiano.”

Como afirma nas Diretrizes e Bases da educação nacional de 1996 no capítulo IX diz que “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”. Pois, é uma educação básica conquistada por diversas lutas em conjunto com o Governo onde um dos objetivos é ampliar o desenvolvimento qualificado de ensino.

O Ensino Médio no Brasil se deu em sua obrigatoriedade a partir dos altos índices de jovens que não concluíam o ensino médio na idade estabelecida, alguns por abandono da escola e desistência o que causou grande preocupação na educação brasileira o que confere na Lei nº 13.415/2017 que fez mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional onde prorrogou o tempo que o aluno deve passar anualmente dentro da sala de aula, lembrando que esta lei fica em vigor até o ano de 2022.

Sendo isto as oportunidades para jovens do campo surgiram de forma regular aprovada pela Lei estadual 7.806/14 LEI DO SOME que tem como objetivo ao funcionamento de uma Política Pública Educacional no interior do Estado do Pará, esta modalidade de ensino surgiu para garantir aos alunos do campo uma formação sistematizada e um ensino presencial onde as ocupações de vários professores em diferentes disciplinas fazem com que o ensino chegue até ao campo com apoio do Governo sem afetar a permanência dos alunos em sua comunidade. Com a lei aprovada que dá direito ao cidadão ter uma educação básica obrigatória e gratuita o ensino se estendeu melhor no interior do Estado.

Pesquisas mostram que a Lei favoreceu a formação escolar brasileira em modo geral, obtendo assim mãos de obras qualificadas, o artigo referente ao Congresso Nacional de

Educação EDUCERE XII diz que em 2008 a escolaridade ainda permanecia com resultados negativos.

Como afirma Brayner e Távora (2015):

Em relação ao Ensino Médio Brasileiro, o MEC/INEP/DEED, declara: que em 2008, dos 3,3 milhões de jovens entre 15 a 17 anos que ingressaram no E.M. apenas 1,8 milhão concluíram este nível em 2010. Segundo dados Pnad (IBGE), 50,2% dos jovens de 19 anos concluíram o E.M. em 2009, índice que cai para 36,6% quando se consideram apenas os Estados da Região Norte. No Pará, a taxa de rendimento no E.M. está assim disposta: Aprovação: 68,9%; Reprovação: 11,9% Abandono: 19,2% e Distorção Idade-série é de 59,2%. (MEC/Inep/Deed, 2010). (BRAYNER; TÁVORA, 2015, p. 4)

Observa-se que o índice dos alunos no Brasil nas escolas públicas cai entre os anos de 2008 a 2010 o que gera mal rendimento de formação escolar entre jovens e adultos obtendo assim uma mão de obra não qualificada dificultando o preenchimento nas vagas de empregos onde exigem uma formação escolar básica completa.

O SOME criado em 1980 no Estado do Pará veio para contribuir com a formação de jovens e adultos das escolas do campo melhorando seu convívio social, apesar das precariedades enfrentadas na educação pública do Estado, obteve resultados positivos como ao de ingresso desses jovens no mercado de trabalho, como afirma Nascimento (2015, p. 260), “um ensino que supere a dessignificação na expansão do Ensino Médio, como caminho único de envio à continuidade dos estudos e voltado ao mundo do trabalho industrial, reconhecendo outras formas de vida e sobrevivência”.

A formação escolar tem os desafios enfrentados por alunos e professores para uma possível conclusão dos estudos e carga horária estabelecida pela instituição, sendo assim a política pública da Educação do Campo deve permanecer para o fortalecimento desta formação que se desenvolve ao longo dos anos. Por esse fator existe a grande chance de aprender os processos formativos que norteiam entre campo e escola, o que visa estabelecer qualidade no aprendizado do aluno, fazendo com que a gestão escolar dê apoio para o plano metodológico.

Segundo Batista; Pereira 2015:

Compreender a construção do Projeto Político-Pedagógico como um processo capaz de promover a autonomia da escola, através do desenvolvimento de processos democráticos, pelos quais a escola constrói sua identidade, requer reflexões mais aprofundadas sobre suas concepções e os princípios que norteiam a construção de uma gestão democrática na escola. (BATISTA; PERREIRA, 2015, p. 179).

No contexto do SOME o professor que atendi a modalidade do ensino recebe orientações da SEDUC para trabalhar em um processo formativo de educação voltado a realidade do aluno do campo objetivando assim uma melhor formação. Considerando que em cada modulo do SOME há uma jornada da carga horária de 50 dias letivos para cada disciplina em cada localidade, visto que o docente prepare seu plano de aula e atenda quatro localidades para fechar seu circulo com 200 dias letivos, isto deve ser realizado com a orientação da proposta pedagógica da escola que vai trabalhar e possivelmente com o acompanhamento da Equipe Gestora da SEDUC.

## **6. PRECARIIDADES ENCONTRADAS NO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO-SOME.**

Sabe-se que o ensino no Estado do Pará tem suas deficiências em torno da educação pública aonde vimos reportagens frequentes de pessoas ou grupos de pessoas questionando este tema e pedindo ao Governo melhorias para a educação.

O Governo do Estado faz uma parceria com o município que recebe a modalidade do SOME, tendo em vista apenas a responsabilidade dos recursos financeiros para pagamento dos salários dos professores e funcionários que são das escolas pólos onde o SOME é atendido, porém a prefeitura tem que contratar o alojamento para os professores que ficam a semana toda em comunidades trabalhando em uma formação escolar.

Como afirma Oliveira (2010) em seu blog:

O SOME trabalha em parceria com as prefeituras municipais, através de convênios com a SEDUC. As prefeituras respondem pelo custeio de moradia e alimentação dos professores, apesar de algumas não cumprirem, durante o tempo de duração de cada módulo. A SEDUC garante o pagamento dos salários dos professores, mais a gratificação para deslocamento para o professor, como estímulo a interiorização e localidades de difícil acesso. (OLIVEIRA, 2010, p. 01).

Sendo isto tais escolas do campo não tem uma estrutura física adequada nem para o Ensino Fundamental dos anos finais e, com a chegada do Ensino Médio houve a ocupação de salas do prédio para estas turmas o que gera loteamento nas salas, pois o Governo do Estado não disponibiliza recursos para implantação de escolas feitas no campo para o atendimento do SOME.

Outro grande problema é o transporte escolar utilizado por alunos do SOME que são da prefeitura, transportes estes que deslocam alunos do ensino fundamental e sempre que não

há aulas no município os alunos do ensino médio ficam sem aula e conseqüentemente perdem conteúdo.

Com tantos problemas encontrados no sistema de ensino, mesmo com aulas presenciais o Governo do Estado ainda se dispõe a elaborar programas para um ensino a distância que se chama Programa Mundiari, onde haverá aulas assistidas por turmas no campo por intermédio de vídeo-aula administrada por um professor multidisciplinar. Analisando este fato vejo que esta proposta de formação para o aluno do campo complica ainda mais e aumenta a dificuldade do aprendizado, pois se com aulas presenciais já existem desafios e dificuldades na metodologia de ensino pior seria aulas à distância, sendo que é direito do aluno ter aulas presenciais com professores de todas as disciplinas o que compõem a grade curricular da base comum.

Para Jeorgia e Nascimento 2015:

[...], inserindo na marra novos programas para substituir o SOME, um exemplo disso é o PROGRAMA MUNDIAR, o qual sugere substituir o SOME nas comunidades, e onde ao invés dos alunos terem aulas presenciais com professores de TODAS as disciplinas que compõem a grade curricular da base comum como é o real direito dos alunos desse Estado, o governo Jatene quer impor ao nosso alunado assistir “aulas” com a presença de um professor multidisciplinar para orientar as vídeo-aulas, que serão repassadas através de uma televisão ao longo do período de 4h diárias. (JEORGIA; NASCIMENTO, 2015, p 01.)

Os alunos que se submetem a esta modalidade de ensino são iludidos com propagandas enganosas, onde tal programa se compromete em formar os educandos em curto prazo, dando-lhes o Ensino Médio completo em 1 ano e 6 meses, sendo que neste prazo o aluno com toda certeza não vai estudar todos os conteúdos necessários para a formação básica brasileira o que gera um baixo rendimento escolar.

Esta forma de estabelecer programas como este entendemos que o Governo não se dispõe a melhoria da formação dos alunos do campo e sim torná-los desenformados e pessoas não-críticas, pois, a presença de um corpo docente em sala de aula não passa só o conhecimento da disciplina que se discute e sim os demais acontecimentos no mundo da educação que de uma certa forma envolve a política.

## **7. PESQUISA DE CAMPO - RESULTADO E DISCUSSÃO.**

### **7.1 Desafios entre a supervisora municipal responsável pelo some e a SEDUC.**

O município de Acará situado ao Nordeste do Estado do Pará está localizado a margem esquerda do rio denominado pelo mesmo nome da cidade e tem um território que mede aproximadamente 4.344 km<sup>2</sup> com uma população de 55.513 habitantes segundo estimativa do IBGE de 2018. Sua prefeita atual é Amanda Oliveira e Silva que foi eleita nas eleições de 2017. O município tem como fundação a data de 19 de abril de 1875, sendo que este ano se comemorou a festa de aniversário dos 144 anos de municipalização.

Segundo o relatório do SOME 2019:

O Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME/ACARÁ, possui nove localidades, do espaço rural do município de Acará, atendendo alunos ribeirinhos, quilombolas, assentados, agricultores e comunidades extrativistas. O município possui um território muito extenso, dividido entre Alto, Médio e Baixo Acará. Em 2019, temos um total de 1.154 alunos distribuídos nas nove localidades. (SEDUC ACARÁ, 2019, p. 01).

Na zona urbana do município contém duas escolas do Estado que funciona o Ensino Médio regular nos turnos da manhã, tarde e noite, havendo a precarização da formação básica na zona rural em relação à formação do Ensino Médio houve, no entanto, a política pública de formação para levar a educação básica completa nas escolas do campo. Sendo isto o poder público deu atenção aos pedidos de pais e alunos do campo que pretendem estudar sem se deslocar de sua comunidade para uma cidade vizinha o que ocorria muito nos anos anteriores.

Segundo a supervisora do Sistema de Organização Modular de Ensino do município de Acará, a responsabilidade das políticas públicas direcionado ao ensino do SOME por parte da SEDUC não está de acordo com o que consta na lei do SOME nº 7.806 de 29 de abril de 2014 no Art. 3º onde fala que: “O Sistema de Organização Modular de Ensino deve ser desenvolvido em consonância com as orientações e diretrizes curriculares vigentes no Estado do Pará e no Brasil.” Este contexto não vigora no município, pois existem muito a falta dessas políticas públicas e orientações para que o professor tenha um caminho direcionado a uma metodologia que venha ser resultado de uma preparação pedagógica publicado pelo Estado.

Em entrevista com a supervisora do SOME ela afirma que:

No ano em que eu assumi a coordenação do SOME, em 2016 tive um início de trabalho complicado em questão aos documentos dos alunos matriculados no sistema de ensino, pois muitas pastas com estes documentos não estavam em ordem alfabética na sala da secretaria do SOME, onde tivemos dificuldades para atender aos pais e alunos que vinham nos procurar para resolver problemas de documentos, principalmente aqueles que queriam o certificado de conclusão do ensino médio. (Entrevistada 1).

Nas localidades do município que atendem ao SOME não tem auxiliares administrativos para fazer a matrícula dos alunos do SOME, exceto duas localidades, sendo isto as dificuldades aumentam em questão aos documentos, pois a secretaria das escolas municipais não se responsabilizam em fazer as matrículas desses alunos para estar enviando para o escola pólo que é a Escola Estadual de Ensino Médio Felipe Patroni. Sendo isto a responsabilidade é dos pais e alunos em fazer suas próprias matrículas na cidade, o que dificulta a vida escolar desses discentes do campo, havendo assim o acúmulo de documentos que acabam não sendo registrado no sistema para garantir a realização das matrículas efetivadas de vários alunos ingressos no SOME.

Em vista disso, a diretora afirma que:

Nós temos aqui umas listas de alunos que estão estudando no SOME, mas não consta no sistema que eles estão matriculados, então esses alunos se não forem resolvidos esta questão da matrícula fica complicado de elaborar boletins, certificado na conclusão de ensino médio. Estas listas nós recebemos aqui na escola graças a um professor que se solidarizou em fazer este levantamento na localidade em que ele estava dando aula, por isso tivemos acesso a esses alunos com esses problemas a serem resolvidos. A boa ação deste professor nos favoreceu muito porque na localidade o diretor da escola falou que ele não tem nada haver com o SOME, então isso desmotiva qualquer situação de ensino. (Entrevistada 1).

Considero esta ação como um trabalho coletivo, pelo fato de o professor agir para uma questão de documentos exigidos pela SEDUC para a efetivação das matrículas dos alunos, sendo que o Estado ainda não contratou um auxiliar administrativo que possa atender aos requisitos do SOME em cada localidade do município.

Sem auxiliar nas localidades complica a situação documental dos alunos, pois segundo a supervisora do SOME muitos alunos ingressos estão com falta de documentos na pasta da matrícula, ela afirma que:

Tem pastas que só têm o registro de nascimento do aluno, outras que só tem o histórico escolar do ensino fundamental e assim fica difícil a situação desses alunos, até porque tem que constar no sistema que eles estão matriculados e estudando no SOME. (Entrevistada 2).

É preciso manter um espaço organizado em quaisquer que seja a instituição, pois não sabemos ao certo quando iremos sair de lá para trabalhar em outro setor, sendo que ao deixarmos um local de trabalho é preciso que deixamos organizado para que a nova gestão encontre os reais problemas a serem resolvidos, *“a falta de responsabilidade dos auxiliares anteriores que não se habituavam em manter uma organização padrão dificultou um pouco nosso trabalho de inicio da jornada”*(Entrevistada 1).

Com questão de problemas direcionado aos documentos de muitos alunos é necessário que a efetivação das matrículas sejam prolongada por conta também do difícil acesso que a maioria dos alunos tem de vir até a cidade trazer parte destes documentos, muitos ainda dizem que não tem condições financeiras para viajar até a cidade do município.

Sendo isto uma questão séria a ser resolvido, o que consta na Lei nº 7.806 de 29 de abril de 2014 no Art. 7º diz que “a documentação escolar dos alunos do ensino modular será expedida pela Escola Sede dos municípios, obedecendo às exigências curriculares legais estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação”. Assim, o município tem a responsabilidade de efetuar tais matrículas necessárias para a formação de turmas das localidades no ensino do SOME.

O SOME chegou por uma necessidade do município em 2009, o que nos mostra uma estratégia positiva do Estado para elevar o grau de escolaridade até aos alunos do campo, vejo isto como uma conquista para cada localidade que se agrega o SOME.

O SOME veio em 2009 para o município e chegou aqui por necessidade do município e foi uma vitória do Estado, vejo o SOME como uma luz para a comunidade, ele veio com progressos e também com defasagens, um dos primeiros problemas que encontramos foi com prédios para o funcionamento do ensino nas localidades, porque tivemos a necessidade de ocupar salas das escolas municipais e logo no início acabou superlotando as escolas do campo que funciona o ensino fundamental. (Entrevistada 2).

Observo na minha pesquisa que existe um conflito entre Estado e município quando um dos assuntos é educação, pois em entrevista com a supervisora do SOME o que ela afirma não está de acordo como que consta na Lei nº 7.806 de 29 de abril de 2014 no Art. 5º § 2º diz que terá “transporte de qualidade para os alunos” e no caso do município de Acará o transporte utilizado pelos alunos do SOME é o mesmo que os alunos do ensino fundamental se deslocam até a escola. Existe também uma problemática no município relacionado ao pagamento destes transportes que todo ano atrasa fazendo com que os alunos fiquem com falta nas aulas e perca de conteúdos, em especial aqueles que moram longe da escola e não tem outro meio de locomoção.

Dentre as 9 (nove) localidades que atendem ao SOME 2 (duas) delas estão com projetos em andamento para o governo aprovar e transformar em escola do ensino médio regular. A supervisora do SOME se queixa de falta de respeito em questão do seu trabalho

com a SEDUC, dizendo que foi mal atendida em um horário que teria marcado com a coordenação geral do SOME no Estado do Pará.

### **7.2 Desafios enfrentados por alunos e professores que fazem parte do sistema de organização modular de ensino-SOME na vila Guarumã no município de Acará-PA.**

Assim, sabemos que a Educação brasileira ainda está no auge de um grande descaso das autoridades federais, sendo estes responsáveis pela grande maioria dos educandos que estão a cursar a educação básica brasileira obrigatória, o ensino médio. No município do Acará o SOME predomina desde o ano de 2009.

A Escola Municipal de ensino Fundamental Izabel Barral esta localizada ao lado direito da Vila Guarumã aproximadamente 18 km da sede do município, foi fundada em 1969, a atual diretora da referida escola é gestora pós-graduada há 5 anos.

Atualmente a unidade de ensino ainda passa por processo de reforma e construção. Sabe-se que esta reforma se deu início no ano de 2014 e por conta de políticas em mudanças de governo municipal a obra ainda não foi concluída.

Desafios entre professores e alunos dentro da comunidade são diversos para ter um ensino de qualidade, porém os professores do SOME tentam trabalhar da melhor maneira possível engajando-se na realidade do alunado, pois além de administrar as disciplinas eles também contribuem para uma formação social.

De acordo com o andamento da obra a diretora afirma que:

No momento não podemos oferecer boas condições para os alunos do SOME por causa da reforma na escola, mas com o término das obras poderemos ofertar uma boa estrutura física para o atendimento do SOME e ajudar a melhorar o Ensino Médio aqui na comunidade. (Diretora 1).

A diretora demonstra ser uma excelente profissional na condição de gestora da escola, ela se preocupa em receber os documentos dos alunos ingressos no SOME e vai pessoalmente até a cidade para fazer as matrículas e garantir que todos estão com documentação suficiente, e afirma: *“as matrículas são realizadas aqui mesmo na escola Izabel Barral e eu mesma repasso para o pólo Felipe Patroni”* (Diretora 1).

No Estado do Pará atualmente alguns professores são contratados pela SEDUC para o ensino do SOME, outros são concursados efetivos do Sistema Modular o, que dá mais segurança no ensino. Um dos grandes problemas enfrentados por eles esta no não cumprimento da Lei do SOME por parte da SEDUC onde a mesma não pratica as orientações pedagógicas em conjunto com os professores da rede de ensino.

No entanto para que haja uma boa formação é necessário que o docente procure um meio de adequar os conteúdos do ensino regular estabelecido pelo Projeto Político Pedagógico da Escola pólo Felipe Patroni para trabalhar em sala de aula no Sistema Modular, visto que consigam adquirir resultados positivos para a formação no campo.

Segundo depoimento do professor 2, ele afirma ainda que:

A questão da educação do campo vem se debatendo e tendo experiências recentes no Estado do Pará, e a Secretaria do Estado de Educação onde o SOME está atrelado ainda não se preocupa devidamente o necessário bastante para a organização de conteúdos programáticos na elaboração das aulas, por isso nós professores elaboramos as aulas tentando adequar a vida do aluno do campo. (Professor 2).

Tendo à docência que criar métodos e criatividades na elaboração das aulas e adequar os conteúdos a realidade dos alunos do campo.

Para Arroyo (2014):

Há ainda um dado que limita a criatividade docente: as condições precárias de viver de tantos adolescentes – jovens, até adultos – que chegam aos cursos de educação média. Porém, esse precário viver-sobreviver dos educandos tem instigado coletivos docentes a serem mais criativos, renovarem currículos, conhecimentos, didáticas, processos, material didático. (ARROYO, 2014, p. 58).

Contudo, vejamos a grande necessidade que o docente tem de criar sua própria metodologia e usufruir de materiais didáticos ofertados pelo MEC, onde ocorre um acerto entre docência e disciplina, tendo o professor que elaborar seu trabalho de forma significativa para a formação escolar destes discentes.

Em entrevista com a professora 1 ela afirma que:

Eu vim aqui para esta escola em 2014, mas deste o ano em que eu trabalho no SOME a SEDUC não pratica as devidas orientações pedagógicas, nós mesmo organizamos nossas aulas e elaboramos as provas para os alunos. E ainda tenho que organizar os documentos que comprovam que o aluno participou das aulas e realizou as atividades avaliativas, porque tenho que levar estes documentos na escola Felipe Patroni para a coordenadora do SOME. (Professora 1).

Em vista disso, é necessário que o professor realize duas funções: o cargo de professor e de secretário devido o Estado não ofertar um auxiliar administrativo nas localidades, o que dificulta ainda mais seu trabalho ficando sobrecarregado.

Atualmente estão matriculados 150 alunos na escola estudada, porém 75% continua frequentando as aulas, isso por conta da evasão escolar ocorrida durante o ano letivo, onde um dos principais problemas relacionados a esta evasão, está na falta do transporte insuficiente para atender a demanda da rede de ensino na comunidade. *“Se o aluno perde aula uma semana por conta do transporte ele logicamente fica sem animo para continuar a frequentar as próximas aulas. (Professor 2).”* Eventualmente isto ocorre em grande parte na educação brasileira o que gera desistência de alunos que moram longe da unidade de ensino. *“Sim, existe a evasão escolar como em toda modalidade de ensino, sendo a principal causa dessa evasão o transporte escolar, que é de competência das prefeituras e constantemente existe paralisação por falta de pagamento, para os mesmo.” (Professor 3).*

Outro fator ocorrido com frequência nas escolas do campo são a falta de estrutura física para atender a população, sendo que este é um grave problema que acompanha a formação dos educandos tanto no espaço rural quanto ao urbano. Segundo esclarecimento do professor entrevistado ele fala que:

A evasão escolar está inserida desde a falta de sistema até a cultura, sendo que no sistema eu me refiro a estrutura física que as escolas não oferecem, eu já trabalhei em uma comunidade onde tinha que administrar as aulas em baixo de uma mangueira e a escola não oferecia banheiro para os alunos a situação era bem complicada, mas conseguimos superar com apoio da comunidade. (Professor 2).

Consequentemente alunos que vêm de longe da escola para concluir a escolaridade e não são atendidos com o mínimo de padrão que deveriam que é de ter acesso aos benefícios que lhes são garantidos por lei isto os desanima e aumenta a evasão. Por outro lado, outros alunos não conseguiram concluir o ensino médio por motivo da construção de família, ou seja, alunas que engravidam e logo param de estudar, outros ainda, está na questão do trabalho braçal da agricultura familiar.

Quando a evasão escolar ocorre com frequência nas escolas do campo vale ressaltar que as dificuldades e desafios devem ser analisados para encontrar uma possível solução ao problema que se define, pois se bem pensarmos a falta de políticas públicas da parte do Governo interfere e prejudica a formação no espaço rural.

### **7.3 Contribuições que o sistema de organização modular de ensino-SOME trouxe para a formação escolar dos alunos da vila Guarumã no município de Acará-PA.**

Sabe-se que a formação escolar seja no meio urbano ou rural ela sempre tem suas facilidades e descasos por conta do Governo e principalmente por falta de estrutura física em termo de prédio escolar, visto que este problema esta inserido na educação básica brasileira de todo o país.

Embora haja problemas e deficiências na educação do campo, ela esta envolvida na responsabilidade de qualificar a população que não tem um padrão econômico de vida para viajar e estudar em local distante da comunidade campesina.

Os sujeitos do campo da Vila Guarumã durante décadas conseguiam cursar apenas as series iniciais do ensino fundamental e por ventura quisessem progredir seus estudos teriam que morar na Zona Urbana, mas para isso a família teria que prestar assistência financeira para a vida desses educandos.

No ano que o meu filho estudou o ensino médio não tinha aula do SOME aqui na Vila, então eu tive que colocar ele na casa da minha irmã na cidade pra ele estudar, mas eu tinha que comprar os materiais para as aulas dele né, então ele terminou o ensino médio na cidade em Belém, é muito bom que tenha o ensino médio aqui na Vila porque os alunos não tem que para de morar com sua família e isso mostra que o SOME é importante. (Líder da comunidade).

Os alunos do campo têm uma realidade diferente em termo do ensino relacionado aos jovens da cidade, nos anos anteriores as escolas do campo eram ainda mais precária e não ofereciam boas condições no ensino, por tanto como diz o texto de Silva (2007, p. 41), que esta ainda é uma “justificativa para grande parte do êxodo do campo para as periferias das cidades, fazendo com que uma leva significativa de famílias abandone o campo”.

Eu gosto muito de estudar no SOME, porque as aulas são aqui mesmo dentro da minha comunidade, tem alguns jovens e adolescentes que vão para a cidade estudar no ensino médio, mas eu acho que é mais cansativo porque se tem o ensino médio aqui então temos que dar valor ao ensino daqui, até porque o mesmo assunto que o professor de lá passa pra eles a gente estuda aqui também. (Aluno 1).

Eu acho que o ensino do SOME é importante porque os professores tem disposição de ficar aqui na Vila a semana inteira para ensinar e só no final da semana voltam pra casa deles. Eu venho pra aula de ônibus daqui de perto da beira do rio e quando falta o transporte meu irmão vem me trazer de moto, mas tem alunos que não tem moto e por isso percam aula. (Aluno 2).

Toda vez que o ônibus falta eu sempre perco aula, ai quando tem ônibus eu venho e pego o conteúdo com alguém da minha sala, se eu fosse estudar pra cidade ia ser pior porque pra lá fica mais longe pra minha família. Aqui o professor do SOME ensina muitas coisas boas pra gente e além disso ele esta presente na sala para tirar

nossas duvidas com o conteúdo. Eu acho que o Governo tinha que dá um transporte somente para os alunos do SOME. (Aluno 3).

Contudo, a inclusão social de jovens e adultos oriundos do campo ainda que seja por meio de poucos recursos financeiros ofertados pelo Governo, ainda conseguem superar os desafios e suprir suas necessidades havendo as conquistas na qualificação da formação escolar.

**Quadro 1:** Segue dados do número de alunos matriculados em cada ano desde 2009 a 2019.

Ano	1º tarde	2º tarde	3º tarde	1º noite	2º noite	3º noite	Total
2009	28	21	xx	26	24	Xx	98
2010	1º ano manhã 17	2º ano manhã 10	xx	xx	xx	Xx	
2010	20	33	xx	27	47	25	179
2011	23	10	19	25	13	40	130
2012	27	16	13	37	17	21	131
2013	29	23	32	28	30	09	151
2014	21	29	12	16	14	30	122
2015	22	10	17	19	16	20	104
2016	12	19	09	36	13	Xx	89
2017	17	15	18	24	17	20	111
2018	23	19	12	27	14	18	113
2019	25	28	22	23	27	25	150

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base a pesquisa de campo.

Então, vejamos que o campo tem condições de ofertar a educação básica brasileira, pois o profissionalismo depende da escolaridade que o indivíduo adquire com o tempo, Silva (2007, p. 40), diz que “uma proximidade com os valores socioeconômicos e sobretudo, culturais vivenciados pelas populações com quem no futuro irão atuar profissionalmente”. Sendo assim, a mão de obra qualificada para o mercado de trabalho vem a partir de uma formação dentro da sala de aula o que considero um método positivo para jovens e adultos onde buscam por tal formação.

Os alunos do Sistema de Organização Modular do Ensino Médio que estudam na Escola Municipal Izabel Barral têm grande possibilidade de futuramente ingressar em uma universidade, como é o caso de vários alunos que já concluíram o ensino médio no SOME e hoje estão trabalhando e outros continuam a estudar em universidades. De certa forma o currículo profissional é importantíssimo para o ingresso no mercado de trabalho e o SOME tem um papel fundamental nesta questão, que é de contribuir na inclusão social do aluno para adquirir tal profissão.

Eu estudo no SOME porque as aulas são aqui mesmo na minha comunidade, no ano passado quando eu fiz o 1º ano eu estudei na cidade, mas perdia muitas aulas porque

o transporte faltava às vezes, esse ano me matriculei no SOME e tô achando muito bom estudar aqui e tem outros alunos também que estudavam na cidade e estão estudando aqui no Guarumã. (Aluno 4).

Eu estudo no SOME desde o 1º ano aqui na vila, já estou no 3º ano e acho muito bom o ensino ser aqui perto de casa porque dá pra mim estudar e ajudar a minha mãe a trabalhar na lojinha dela. Os professores do SOME são legais e nas aulas eles se superam na explicação, mas eu queria que tivesse mais aulas práticas com envolvimento ao campo, porque a maioria são aulas em sala de aula. (Aluno 5).

Sendo isto, considero que o SOME é uma iniciativa para jovens e adultos do campo e, como proposta de levar conhecimentos para obter através do ensino uma melhor condição de vida. É uma ferramenta de organização que supre as necessidades da população rural. O Ensino Modular na vila deu incentivo a muitos educandos do Campo, a diretora afirma que: “no ano que o SOME chegou aqui na vila tinha poucos alunos matriculados, porém no decorrer de cada ano esse número vem se elevando, trazendo para dentro da escola jovens e adultos que querem estudar. (Diretora 2)”. O SOME é uma política pública de formação onde dá incentivo aos alunos do campo que tem vontade de ingressar em uma universidade e posteriormente ter qualificação formal na profissão desejada.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

Apesar do Sistema de Organização Modular de Ensino-SOME ter sido implantado recentemente no município de Acará, há 10 anos, ele vem contribuindo no ensino formal do povo do campo, o que traz melhorias tanto para o aluno quanto para a sociedade. Estes sujeitos do campo que buscam por melhorias de vida social e econômica trazem consigo um olhar que reflete em conquistas alcançadas por uma formação escolar dentro da sua localidade.

É pensando no crescimento e na importância do currículo formal que muitos moradores campestres necessariamente precisam de uma formação escolar que venha favorecer tal processo na busca por um trabalho e uma vida econômica melhor. Nesse ponto de vista o ensino do SOME na Vila Guarumã tem significado importante na vida de muitos alunos ribeirinhos, entre outros que buscaram por esta formação e hoje já usufruíram dela conseguindo ingressar em um ensino superior e outros já no mercado de trabalho.

Contudo, o grande desafio ainda está naqueles que dependem do transporte do município para o deslocamento até a unidade de ensino e isto os deixa preocupados, porém acreditam que a presença frequente nas aulas ajuda muito entender a matéria. E, ainda este

desafio enfrentado pelos discentes é considerado para o povo do campo como uma motivação em conseguir concluir o Ensino Médio Modular na localidade.

Isto é um problema visto como um descaso do Governo, pois questões como estas deveriam ser resolvidas em imediato, na pesquisa observo que a Educação no Campo está contribuindo para a formação escolar da população rural, onde são sujeitos que buscam ampliar seu currículo escolar e alcançar um ensino profissional.

O Ensino Médio Modular no campo precisa ser pensado e ter uma melhor organização nos planos de aulas devido às exigências encontradas nas provas do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e de vestibulares, onde se caracteriza o aprendizado do aluno, o que ainda não está fora da desigualdade socioeconômica, pois os conteúdos programáticos para a realização das aulas no campo também deve favorecer a entrada no mercado de trabalho formal, já que consideram a educação como uma ferramenta importante e a cultura esta presente na vida desses educandos.

A pesquisa realizada limita-se na inclusão escolar e social de jovens e adultos oriundos do campo, onde estão frequentando o Ensino Médio Modular. Estas escolas são emprestadas para o Estado, mas está agregada a uma outra na zona urbana o que dificulta o recebimento de recurso financeiros para um melhor formação no campo. Faz-se entender que as escolas do campo recebem uma porcentagem a mais que as da cidade e penso que talvez se o SOME estivesse sua própria escola regularizada a política de formação escolar ampliaria.

Ressalto aqui que o Ensino Médio precisa ser atendido de forma profissional pela gestão escolar da qual ele está inserido e também tem que estar comprometido com a comunidade, significando assim, um padrão de vida relevante entre escola e comunidade, pois este é um processo de construção onde os alunos são os atores. E ainda assim faz-se necessário que haja motivação para as praticas pedagógicas do Ensino Médio, considerando as potencialidades dos professores e valorizando as especificidades dos alunos ingressos no ensino.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. G.O ensino médio no Brasil - Repensar o ensino médio: Por quê?. In: DAYRELL. J.; CARRANO. P.; MAIA. L. C. (ORG.). **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

\_\_\_\_\_, Miguel. G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. Apresentação. In: (Org.). **Por uma educação do campo**. 5ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p.7-18.

\_\_\_\_\_, Miguel. G. Artigo. **Políticas de Formação de Educadores (as) do Campo**. Vol. 27. Campinas/2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>. Acessado em 4 Set. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010 - Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Brasília: Presidência da República, 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394/1996, atualizada até março de 2017: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 2017, p. 8-10

\_\_\_\_\_. Educação do Campo. In: CALDART, R. S. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

\_\_\_\_\_. CNE. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. (Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) Brasília: 2002.

BATISTA, Z. L.; PEREIRA, E. A. D.A construção do Projeto Político-Pedagógico e Gestão Escolar: democratização das práticas de gestão. In: OLIVEIRA, J. P. G. (ORG.). **Educação, Identidade e conhecimento na Amazônia Tocantina: Diálogos Científicos**. Cameté. 2015. p. 173-174.

BRAYNER, C, M, N; TÁVORA, M, J, S. Democratização do acesso ao ensino médio para população do campo no Pará: uma análise a partir do sistema modular de ensino. In: EDUCERE XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 12. 2015, Paraná-PR. **Anais...** Pontifícia Universidade Católica do Paraná 2015. p 3-7. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21800\\_9868.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21800_9868.pdf). Acessado em: 30 Ago. 2019.

CHAVES, P, E, R. SILVA, L, L.; A Pedagogia da Alternância e a Educação do Campo na Perspectiva dos Saberes da Terra em Igarapé-Miri. Margens - **Revista Interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades (PPGCITI)**, Abaetetuba,PA - V. 12. n. 19 – p 56-58 Dez/2018: UFPA, 2018.

CALDART, R. S. **Por uma Educação do Campo**, campo - políticas públicas - educação: Sobre Educação do Campo - O que é Educação do Campo?. Brasília. 2008, p. 69-76.

GOLDENBERG, M. **Pesquisa qualitativa em ciências sociais objetividade, representatividade e controle de bias na pesquisa qualitativa.** A arte de pesquisar. Rio de Janeiro 2014, p. 44-52.

Governo do Estado do Pará. RELATÓRIO SOME SEDUC ACARÁ 2019. Secretaria de Estado de Educação. Secretaria Adjunta de Ensino. Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME. 2019, p. 1-2.

GEORGIA. A.; NASCIMENTO. V. **SOME X MUNDIAR (enfeitiçar).** Modular Notícias. Informativos dos professores (a) do Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME). Disponível em: <http://modularnoticiassomepolodesantarem.blogspot.com/>. Acessado em 28 Ago. 2019. Santarém 2015.

FALKEMBACH, Elza. M. F. Educação do Campo: Contribuição ao debate. In: CARVALHO, F.M, RIBEIRO, O.S.J, GONÇALVES, F.G.J, CODEIRO, M.S.S e PANTOJA, S.T (Org.). **Dossiê Educação do Campo.** /Abaetetuba UFPA – v. 4, n. 6, 2009. Pp11-14.

Lei Estadual nº. 7.806, de 29 de abril de 2014. (2014, 29 de abril). Dispõe sobre a regulamentação e o funcionamento do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Pará. Belém, PA, 30 abr. 2014. Cad. 1 (pp. 5-6).

MARTINS, R. C. R. **Atendimento escolar aos jovens de 15 a 17 anos.** O ensino médio e o plano nacional de Educação: ainda muito longe da realização da meta 3. Câmara dos deputados. Educação, Cultura e Desporto. Jul. 2017, p. 4-5.

NASCIMENTO, A. W. S. **Política de ensino médio, formação e prática social: o caso do município de Abaetetuba.** 2015. 291 f. Tese (Dourado em Educação Brasileira) -Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém.

NETO, C, J, M et al. **Práticas pedagógicas.** Como me tronei professor (a). Saberes e práticas de educadores e educadoras do Campo. – Nilza Brito Ribeiro, Maura Pereira dos Anjos (Org.). Marabá,PA. Editorial iGuana, 2016, p. 91-106

OLIVEIRA, R. **SOME: 30 anos de educação no campo,** jul. 2010. Disponível em: <<http://ribaprasempre.blogspot.com.br/2010/07/some-30-anos-de-educacao-no-campo.html>>. Acesso em: 04 nov. 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARÁ. **Histórico do Município.** Disponível em: <https://www.google.com/search?acara+pra&aqs=chrome..69i57j0l2j69i60l3.3609j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acessado em 08 Set. 2019.

RODRIGUES, R. O ensino médio no Brasil: da invisibilidade à onipresença. In: CALDART, R. S. (ORG.). **Caminhos para transformação da escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010p.179-207.

SILVA, G. P. Magistério da Terra: O Desafio para a construção de uma Nova Metodologia para a Educação do Campo. In: SILVA, G. P. (ORG.). **Educação do campo na Amazônia: Uma Experiência.** EDUFPA, BELÉM: 2007. p 39-42.

## APÊNDICE

**Figura A:** Arquivos de documentos dos alunos ingressos no Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME).



Fonte: Eliene Trindade, 2019.

**Figura B:** Arquivos de documentos ds matriculas dos alunos ingressos no Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME).



Fonte: Eliene Trindade, 2019.

**Figura C -** Entrevista com a diretora da E.M.E.F.P Izabel Barral



Fonte: Aluna do SOME, 2019.

**Figura D-** Alunos do SOME 3º ano



Fonte: Eliene trindade, 2019.

**Figura E:** alunos do 1º ano, uma semana sem transporte escolar.



Fonte: Eliene Trindade, 2019.

**Figura F:** Entrada da E.E.F.P. Izabel Barral.



Fonte: Eliene Trindade, 2019.